



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
GOIÁS ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E
HUMANIDADES**

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE DE 1929 NA PRODUÇÃO CAFEEIRA DE
CAMPINAS - SÃO PAULO (1929-1940)**

RAFAEL SOUZA BUENO

MONOGRAFIA – GRADUAÇÃO

**GOIÂNIA
2025**

Rafael Souza Bueno

**OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE DE 1929 NA PRODUÇÃO CAFEEIRA DE
CAMPINAS - SÃO PAULO (1929-1940)**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado como
requisito para obtenção do título de
Licenciado em História. Curso de
História pertencente à Escola de
Formação de Professores e
Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás.

Orientadora: Profa. Dra. Maria
Cristina Nunes Ferreira Neto

Goiânia

2025

**OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE DE 1929 NA PRODUÇÃO CAFEEIRA DE
CAMPINAS - SÃO PAULO (1929-1940)**

Rafael Souza Bueno

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
(Presidente)

Prof.^a Me. Ricardo de Castro e Silva

Prof.^a Ma. Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha orientadora, Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, porque sem ela eu não conseguiria finalizar esse trabalho, e dedico também a todos os professores e professoras que participaram da minha caminhada na graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus familiares e amigos que não desistiram de mim. Agradeço a meus pais, Eluana Kamila Souza e Edson Bueno Junior, que sempre se fizeram presentes e desde o começo me apoiaram na minha decisão. Aos meus avós maternos, Maria Aparecida Souza (Dona Cida) e Mauricio Vicente de Souza, e meus avós paternos, Sebastiana José Bueno (Tianinha) e Edson Conceição Bueno (Zizinho/Ziza), que sempre estiveram ao meu lado apoiando-me.

Agradeço imensamente aos meus amigos mais próximos e íntimos, Yasmin Barreto, Ricardo Franco, Paula Pereira, Arthur Miranda, Adenilson Silva, Leticia Pires e Wagner da Silva (Big), que sempre foram meu apoio emocional e acadêmico. A vocês, os meus sinceros agradecimentos! Agradeço aos meus outros colegas de curso que também estiveram presentes desde o início da graduação. Obrigado, Jordana França, Larissa Ribas, Ana Clara Duarte, Vinícios Rios, Eva Mendes, Matheus Pires, Gabriel Moraes e Marcos Ribeiro!

E um agradecimento especial aos professores e professoras, pessoas que sempre me ajudaram nesses anos que se passaram, em especial, a Maria Cristina Ferreira Neto que sempre esteve presente inspirando-me; a Renata Nascimento e a Simone Schmaltz que também foram fontes de inspiração, ao Ivan Viera Neto, Hugo Rincon, Johnny Taliateli, Eduardo Reinato e a Regina (funcionaria do IPEHBC). O meu mais sincero Obrigado! Vocês foram fontes de inspiração e discernimento nesses quatro anos.

RESUMO

A Crise de 1929 foi um evento que marcou a história mundial, pois foi uma crise financeira de proporções excepcionais e inéditas, signatária do processo de superprodução, baixo mercado consumidor e venda desenfreada de ações da Bolsa de Valores de Nova Iorque, com desdobramentos que afetaram o mundo. O Brasil foi diretamente impactado por essa Crise, visto que dependia exclusivamente da exportação de café para manter a sua economia. Como o mercado mundial sofria os reveses da Crise, não conseguia comprar numerosas remessas do produto brasileiro. Em contrapartida, os produtores entraram em bancarrota, sobretudo na cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo, considerada uma das cidades mais promissoras de produtoras de café. Este estudo analisa esses dois acontecimentos – a Crise de 1929 e a Crise da produção cafeeira na cidade de Campinas - demonstrando a interface entre o cenário internacional e o cenário regional, e os desdobramentos da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque na economia cafeeira campinense, que levaram os fazendeiros à bancarrota, perdendo suas propriedades e se defrontando com a necessidade de se adaptarem a novos negócios e a uma nova economia.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil, Crise de 1929, Economia Cafeeira, Campinas (SP)

ABSTRAT

The 1929 Crisis was a milestone in world history, representing a financial collapse of exceptional and unprecedented proportions. It resulted from a process of overproduction, low consumer purchasing power, and the uncontrolled sale of shares on the New York Stock Exchange, with consequences that affected economies the globe. Brazil was directly impacted, as its economy depended almost exclusively on coffee exports. With the decline in international trade, the demand for Brazilian coffee dropped drastically, leading producers to bankruptcy. This scenario was particularly devastating in the city of Campinas, in the interior of São Paulo state, which at the time was one of the country's most promising coffee-producing centers. This study analyzes the link between the effects of the international crisis and the collapse of Campinas' coffee economy, highlighting how the impacts of the New York Stock Exchange crash led to patrimonial losses, social restructuring, and the need for landowners to adapt to a new economic model.

KEYWORDS: History of Brazil, 1929 Crisis; Coffee economy; Campinas (SP)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1 - A CRISE DE 1929 E OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS NO BRASIL.....18

1.1- OS EUA E A CRISE DE 1929: IMPACTOS NO SISTEMA CAPITALISTA.....	18
1.2- A CRISE E AS ELEIÇÕES NO BRASIL.....	25
1.3- OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO VARGAS: DESAFIOS E MUDANÇAS	30

CAPÍTULO 2- A ECONOMIA CAFEEIRA PAULISTA: CRISES FALENCIAS NA CIDADE DE CAMPINAS.....34

2.1- OS EFEITOS DA CRISE NO SISTEMA CAFEEIRO DE CAMPINAS	35
2.2- OS PRODUTORES DE CAFÉ E A NOVA ECONOMIA	43
2.3- CAMPINAS, UMA CIDADE INDUSTRIAL.....	47

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....49

REFERÊNCIAS.....	50
-------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

A Crise¹ de 1929 é representada como umas das piores crises econômicas que o sistema capitalista já experienciou, gerada desencadeada pela superprodução e pelo subconsumo da sociedade mundial. Na década de 1920 os Estados Unidos da América viviam uma fase econômica favorável, com indústrias crescendo rapidamente, alcançando patamares excepcionais na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o que chamou a atenção de investidores, tanto dos pequenos como dos grandes. Porém, essa fase exitosa e favorável não foi perene, com a mesma rapidez que fortunas se avolumavam, elas se desfizeram. Em outubro de 1929, as ações da Bolsa de Valores começaram a sofrer quedas drásticas, que foram se agravando até o dia 24 de outubro, que ficou conhecido como “quinta-feira negra”.

Neste dia, os meios de comunicação da época anunciavam que a Bolsa já abria em queda, notícia que gerou tumulto em Wall Street. O clima era tenso, diz Pereira (2006, p. 22) que “Wall Street estava tomada pela loucura. A multidão fazia fila no setor reservado ao público e denso aglomerado se reuniram do lado de fora do edifício”. Este momento foi o início de uma crise econômica que abalaria muitos países, gerando fome, desemprego, golpes políticos e a ascensão de regimes totalitários.

Este estudo monográfico analisa a Crise de 1929 e seus impactos no cenário internacional, especificamente no Brasil, tanto no âmbito econômico quanto no político, no período de 1929 a 1940, destacando os desdobramentos na produção cafeeira na cidade de Campinas (SP). Do ponto de vista político, a crise econômica mundial, indiretamente, desencadeou uma situação propícia no país para que acontecesse a “revolução de 1930”. Carlos Marichal, em seu livro “Nova histórias das grandes crises financeiras uma perspectiva global, 1873-

¹ Uma crise econômica é caracterizada quando há um aumento crescente dos preços, acompanhado de desorganização no mercado financeiro e de capitais, leva a economia a entrar em processo de contração. Os preços, que estavam relativamente estáveis na fase de prosperidade, tornam os investimentos não mais rentáveis. Essa contração é chamada de recessão, quando a renda nacional declina em termos absolutos. Se esse quadro se agrava, chega-se à depressão, caracterizada por aumento do desemprego, queda da capacidade produtiva, restrição dos investimentos e alta liquidez bancária Sandroni (1999).

2008”, nos explica detalhadamente como a Crise de 1929 afetou o mundo em diferentes lugares

Essa gravíssima e prolongada crise teve como epicentro a Europa e Estados Unidos, porém afetou de forma igual o resto do mundo. Tratou-se de um colapso global, embora seja importante ter em conta que se compôs de várias etapas e que teve diferentes efeitos em cada país (Marichal, 1989, p. 74).

No Brasil, não foi diferente, os efeitos da Crise de 1929 se fizeram presentes. Na concepção desse autor, Getúlio Dornelles Vargas teria se aproveitado dessa conjuntura para efetuar o movimento político de 1930: “A administração de Vargas pôde se aproveitar a situação para estabelecer medidas contracíclicas em defesa da economia do café, e ao mesmo tempo, impulsionar a indústria” (Marichal, 1989, p. 113).

O Brasil, na década de 1920, internamente, já enfrentava movimentos trabalhistas que vinham da década anterior. Os movimentos trabalhistas no Brasil da Primeira República, analisados por Lopreato (2000), constituíram-se como expressões organizadas da classe operária frente às precárias condições de trabalho, aos baixos salários e à repressão estatal. Longe de serem manifestações espontâneas e desarticuladas, tais mobilizações, especialmente a greve geral de 1917, foram fruto de uma construção política e estratégica liderada por anarquistas. Através de jornais operários, comícios e piquetes, esses grupos difundiram ideias de transformação social e orientaram ações diretas, evidenciando uma articulação consciente com vistas à emancipação dos trabalhadores. Além disso, a autora destaca as tensões internas no movimento, entre sindicalistas reformistas e anarquistas mais radicais, estes últimos defendendo o sindicalismo como meio de formação política e luta revolucionária. Assim, os movimentos trabalhistas desse período revelam não apenas a resistência operária, mas também a presença de um projeto ideológico estruturado que buscava disputar os rumos da organização social e econômica brasileira.

O descontentamento era também de uma pequena burguesia, mesmo que ainda incipiente. Neste período, presenciava-se no país “algumas transformações sociais no âmbito do conjunto de forças sociais. Cabe destacar,

fundamentalmente, a emergência das classes médias urbanas, ou pequena burguesia [...] a classe operária e a formação de movimentos organizados de trabalhadores (Marcelo, 2018, p. 16).

Paralelamente a estas transformações sociais, na economia, o preço do café, produto chefe das exportações brasileiras desse período, caiu drasticamente, fazendo com que os produtores perdessem muito dinheiro e, muitas vezes, viram seus empreendimentos entrarem em bancarrota. O então presidente Washington Luís (1926-1930), diante da situação, quebrou o Tratado de Taubaté², que foi um acordo estabelecido entre os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais no ano de 1906. O propósito desse dissenso era garantir a valorização dos preços do café, pois o produto assegurava a movimentação e o desenvolvimento da economia. Essa medida fez com que produtores de café, a exemplo de Souza Barros, Souza Aranha, Bueno Texeira, Moraes Salles, Leite Penteado dentre outros, Abrahão (2015), se revoltassem contra o governo de Washington Luís. Ao mesmo tempo esses cafeicultores foram perdendo espaço político, passaram a buscar apoio em Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) e, mais tarde, estarão presentes na “Revolução de 1930”.

Exposto sinteticamente esse cenário internacional e nacional de crises econômica e política entre 1929 e 1930, afirmamos que este estudo teve como problema de pesquisa averiguar se a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929, impactou no Brasil o setor cafeeiro e os primeiros anos da Era Vargas, procurando compreender de que forma estes eventos – a Crise de 1929 e a “revolução de 1930” - afetaram o setor cafeeiro na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

² O Tratado de Taubaté foi um acordo firmado em 1906 entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o objetivo de estabilizar o mercado cafeeiro brasileiro diante da superprodução e da consequente queda dos preços internacionais. O tratado previa a intervenção estatal por meio da compra dos excedentes de café a preços mínimos, com financiamento obtido através de empréstimos externos. Essa política marcou o início de uma prática intervencionista do Estado na economia, especialmente voltada à proteção dos interesses da oligarquia cafeeira, e consolidou a chamada “política de valorização do café”, vigente até a década de 1930. O acordo também refletia a força política da chamada “política dos governadores”, característica da Primeira República (Prado Junior, 2005).

Campinas é uma cidade do Estado de São Paulo que está geograficamente bem localizada e estruturada na década de 1930. No século XIX, a cidade já “[...] era conhecida como a *Princesa d’Oeste*, sendo citada pela imprensa, também, como a *capital agrícola da província* e a porta de entrada para o Oeste paulista, então a maior região produtora de café do país.” (Abrahão, 2015, p. 19). Ademais, no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, Campinas foi adquirindo status e riqueza, devido sua posição geográfica, tornou-se a principal ligação, através da ferrovia, entre o Oeste Paulista e a capital do estado e com o porto de Santos, ou seja, toda a produção da região passava por Campinas. Além disso, a cidade recebeu um quantitativo grande de imigrantes, que ajudaram a economia da cidade crescer com seus pequenos e grandes comércios. Para mais dos pontos apresentados, Campinas foi uma das cidades que se industrializou ainda na primeira metade do século XX, estes quesitos fizeram-na uma cidade importante para o cenário nacional.

Ao longo da história da produção de café, Campinas adquiriu um papel de destaque na economia do estado de São Paulo, sendo que entre 1870-1890 o café atingiu o ponto auge, representando 72% da produção. Entretanto, um pouco mais tarde, nos anos de 1920-1940, o café teve seu declínio, quando o percentual atingiu apenas 39% de toda a produção econômica municipal (Abrahão, 2016, p. 46).

Vale dizer que a escolha desse tema de pesquisa se deu por um interesse pessoal, em especial, pela abrangência da Crise de 1929 que, de formas diferenciadas, afetou a economia mundial, assunto anteriormente estudado por mim em uma pesquisa de Iniciação Científica (IC), realizada em 2024, na PUC Goiás, sob a orientação da profa. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto. Nesse estudo monográfico (TCC), demos continuidade ao tema procurando demonstrar possíveis interfaces entre estes acontecimentos, uma vez que a “Revolução de 1930” pode ter sido um dos efeitos da Crise de 1929 no país. A nossa hipótese é que essa crise internacional pode ter possibilitado e contribuído para que ocorresse o golpe político de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, tornando-o presidente da República; como também reverberou na economia nacional, levando à bancarrota produtores de café, a exemplo, os da cidade de Campinas.

De forma que os objetivos desse estudo consistiram em compreender como a Grande Depressão desencadeou uma crise internacional após 1929, impactando tanto países adiantados como países em desenvolvimento. Teve também como objetivo analisar as repercussões da crise internacional de 1929 na economia e política brasileira, tendo como foco as adversidades e falências vividas pela elite cafeeira paulista na cidade Campinas, responsável pela economia de exportação de café do país. Nesse cenário nacional, tornou-se relevante entender como ocorreram as eleições presidenciais de 1930, e como Getúlio Vargas se beneficiou do cenário internacional para concretizar o golpe que o levou ao poder.

Os dois eventos mencionados anteriormente – Crise de 1929 e Golpe de 1930 - mudaram as perspectivas para um Brasil que ainda tinha uma elite cafeeira muito poderosa. Como já aqui mencionado, a cidade de Campinas era uma grande produtora de café e possuía uma economia robusta graças a este setor. Contudo, de acordo com alguns estudos³, essa situação privilegiada da cidade foi favorecida pela sua posição geográfica, imigração e malha ferroviária, fatores que foram fundamentais para a industrialização, que de fato ocorreu a partir de 1933, como afirma Ulysses Semeghini (1988, p. 11): “A partir de 1933, a economia brasileira ingressa numa nova etapa, do ponto de vista dos determinantes internos de seu processo de acumulação”.

Ademais, pretendemos com este estudo compreender e explicar como a economia de uma cidade produtora de café (Campinas, São Paulo) pode ser afetada por uma crise internacional, ocorrida nos Estados Unidos da América, demonstrando como os seus efeitos reverberaram na economia nacional, afetando também outros seguimentos da sociedade.

A pesquisa demonstra como os produtores de café da cidade de Campinas enfrentaram a crise econômica mundial ao mesmo tempo em que movimentos

³ Abrahão, Fernando Antônio. A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940. Bernado, Jadson Da Silva. O fim “melancólico” da “república do café com leite” (1922-1930). Nagay, Julio Hidemitsu Corrêa. Café no Brasil: dois séculos de história. Semeghini, Ulysses Cidade. Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização. Torelli, Leandro Salman. A Defesa do Café e a Política Cambial: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920).

políticos aconteciam no Brasil, em especial, no estado de São Paulo, no período de 1929 a 1940, que se desdobraram em golpe político e falências financeiras.

Para a condução dessa monografia e para realização de um estudo com maior eficiência e abordagem científica, foi utilizado o método histórico, visando investigar e compreender os dois eventos aqui evidenciados, a crise internacional de 1929 e a “revolução de 1930” no Brasil. O estudo sustentou-se na pesquisa bibliográfica e documental. Por ser um tema revisitado com frequência na historiografia brasileira e por ter pesquisas consolidadas e publicadas em livros, teses e dissertações, estas foram fontes privilegiadas para entendermos tanto a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929 como a crise instaurada *a posteriori* em vários países, em especial, no Brasil, afetando, particularmente, a economia cafeeira.

CAPÍTULO 1: A CRISE DE 1929 E OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS NO BRASIL

Este capítulo aborda os acontecimentos que levaram ao que ficou conhecido como “outubro do desespero”⁴ e a “quinta-feira do desespero”⁵. Essa crise marcou a história do século XX e desperta ainda o interesse de estudiosos. Demonstra como os Estados Unidos da América, uma potência emergente no período pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que teve um *boom* econômico de forma rápida e desenfreada, a ponto de a produção industrial não acompanhar o mercado, desencadeou uma crise que afetou o sistema capitalista. Associada a esses fatores, a crise ocasionou uma série de impactos mundialmente, quando as grandes potências europeias, que estavam se reconstruindo dos efeitos da guerra, foram afetadas. Economias frágeis se desmoronaram, abrindo espaço para surgimentos de políticas totalitárias. O capítulo mostra que a crise também se fez presente no Brasil, que era um país emergente e que tinha como parceiro comercial tanto os Estados Unidos como as Nações europeias.

1.1- OS EUA E A CRISE DE 1929: IMPACTOS NO SISTEMA CAPITALISTA.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Europa se encontrava em uma situação delicada, tanto política como economicamente, quando nações imperialistas como Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, dentre outros, perdiam poder, outras tiveram que se reconstruir. A exemplo, a Alemanha, que sofria com as duras cláusulas impostas pelo Tratado de Versalhes⁶ (1919), teve que

⁴ Na historiografia clássica esse mês ficou conhecido como “outubro negro”, porém, visando utilizar um conceito mais apropriado, decidimos usar o termo “outubro do desespero”, pois nesse mês os investidores dos Estados Unidos da América ficaram profundamente desesperados com o rumo que a Bolsa de Valores estava tomando.

⁵ Da mesma forma, na historiografia clássica esse dia ficou conhecido como “quinta-feira negra”, pelo mesmo motivo, decidi usar esta nomenclatura “quinta-feira do desespero”.

⁶ O Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial e impôs duras penalidades à Alemanha, incluindo perdas territoriais, restrições militares e reparações econômicas. Apesar da intenção de garantir uma paz duradoura, o tratado falhou ao adotar um tom excessivamente punitivo (Nicholson, 2014).

soerguer-se e enfrentar uma economia hiperinflacionária. Com isso, os Estados Unidos da América, que eram parceiros comerciais de nações como a Grã-Bretanha e França durante o período de guerra, se viram em um momento favorável para assim aumentar sua produção industrial e a exportação para essas nações europeias.

Como afirmam Marichal (2016), Pereira (2006) e Crespo (2018), os anos de 1920 foram um momento de grande euforia para os estadunidenses, o país se tornou um importante exportador de produtos industrializados, demandando que suas fabricas aumentassem de forma exponencial a produção. Além do mais, os EUA recebiam muitos investidores internacionais. Esse clima de bons negócios, economia aquecida e crescimento econômico despertou a ilusão e a crença na infinitude do sucesso econômico capitalista.

Em seu artigo, intitulado O colapso financeiro de 1929: por que houve uma grande depressão nos anos 1930? Marichal (2016) descreve um contexto necessário para que possamos entender o que estava por detrás da quebra da Bolsa de Valores, como também nos ajuda a compreender um cenário mais amplo que corroborou para a eclosão da crise. A Europa, após o término do conflito (1914-1918), se encontrava destruída. Nações, antes potências imperialistas, estavam sofrendo com a falta de recursos, fome e inflação, e encontravam-se politicamente enfraquecidas.

Essa situação levou algumas nações a exigirem, por meio do Tratado de Versalhes (1919), ressarcimentos pelos danos causados pela guerra, a exemplo da França e Grã-Bretanha que, inicialmente, cobraram da Alemanha um montante de vinte e cinco (25) bilhões de dólares. Este valor foi alterado, em 1921, para trinta e um (31) bilhões de dólares, o que para a época girava em torno de cento e trinta e dois (132) bilhões de marcos alemães. Como a Alemanha sofria com uma inflação que aumentava a cada hora do dia, até chegar ao ponto de “[...] a alucinante hiperinflação de 1922-23, épocas em que os marcos chegaram a valer menos do que o papel em que eram impressos” (Marichal, 2016, p. 81).

Após o término do conflito, em 1919, foi assinado o Tratado de Versalhes entre as potências vencedoras, que ficou responsável por fazer cumprir tais cobranças e, também, impôs cláusulas sobre o exército, a economia e o modo de agir dos alemães. O economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), protagonista desses acontecimentos e preocupado com a situação econômica da Europa, alertou para as consequências do Tratado de Versalhes, visto que “O Tratado não incluiu cláusulas para a reparação econômica da Europa, nada que transforme em bons vizinhos os Impérios Centrais derrotados.” (Keynes, 1978, p. 54). Além de que Clemenceau (França) e Lloyd George (Inglaterra) estavam mais preocupados em esmagar a economia e o exército do inimigo (Alemanha). Na verdade, para o autor, o chamado “Conselho dos Quatros” (EUA, França, Itália e Reino Unido) visava apenas os interesses próprios de cada nação, exibia uma vaidade política que não lhe permitiu enxergar mais a frente e mensurar o preço do ressentimento na política. Prevaleceu, segundo Keynes, a principal preocupação, ou seja, as indenizações de guerra.

Para Keynes (1978), antes das cláusulas serem impostas, o Conde Brockdorff-Rantzau da Alemanha enviou um relatório apresentando a situação econômica do país em 1919, alertando que caso o Tratado fosse assinado a economia iria ruir, o que levaria a população a um estado de extrema pobreza. Tal relatório não teve importância para as potências vencedoras, à Alemanha não teve alternativa a não ser assinar o tratado. Tendo em vista que a Europa dependia de exportação para sobreviver, e que sua população, habituada a um estilo de vida, haveria um preço a pagar, e esse preço era a exportação tanto de materiais industrializados quanto de matéria prima.

Nesse cenário, é preciso sublinhar que houve a criação da Liga das Nações, que foi iniciativa do presidente estadunidense Woodrow Wilson (1856-1924), visando a paz mundial e a ajuda entre as nações. Entretanto, o Congresso norte-americano votou contra a participação dos Estados Unidos da América na Liga das Nações. Este posicionamento, de acordo com Sampaio e Russo (2011), frustrou as perspectivas do setor econômico norte-americano, já que o setor visava fazer negócios com o mercado europeu, o que não se tornou realidade.

Nos Estados Unidos, o presidente Woodrow Wilson implementava a Lei Seca em outubro de 1919, que proibia a fabricação, venda e consumo de

bebidas alcoólicas de qualquer espécie, visando ter um país mais moralista e tradicional. Em princípio, a Lei Seca pode ter funcionado, mas com o passar dos meses a situação se agravou mais do que anteriormente a lei, contribuindo para o surgimento do tráfico clandestino de bebidas alcoólicas, que se tornou um negócio extremamente lucrativo para os criminosos. Esse foi o momento de “glória” para uma quantidade significativa de organizações criminosas, dentre essas, Al Capone foi o nome mais famoso, um mafioso da cidade de Chicago, conhecido pela frieza e pelo uso de violência extrema com seus desafetos. Com renda financeira extraordinária, estes criminosos conseguiam assegurar rendimentos extraordinários e manter um alto padrão de vida nos anos difíceis da Grande Depressão. Entretanto, para que tais organizações pudessem se manter, seus agentes usavam de chantagem e corrupção com várias instituições governamentais.

[...] a soldo de poderosas organizações, como a Máfia, que compravam os funcionários municipais, os juízes, a polícia e os dirigentes políticos. Apenas em Nova York foram abertos 32 mil bares ilegais, que vendiam bebidas proibidas. Também prosperaram as fábricas clandestinas e todos os “negócios” vinculados, tais como o jogo, a prostituição, o contrabando e chantagem (Pereira, 2006, p. 7).

Por outro lado, os anos 1920 também ficaram marcados pelo crescimento de diversas empresas nos EUA, o que marcava o início de um novo *boom* econômico. O *american way of life*⁷ foi uma peça importante para movimentar e fomentar a expansão rápida da economia, pois era uma ideologia fundamental para que uma sociedade capitalista pudesse se manter prosperar cada vez mais. Esse estilo de vida impulsionou vários setores econômicos como o de construção, petrolífero, automobilístico, elétrico entre outros. Empresas como a General Electric, Shell, Ford, Union Pacific e General Motors se tornaram nomes famosos, que cresceram muito a partir de 1925, de forma que se tornaram frequentes fontes de investimento em Wall Street (Pereira, 2006).

⁷ *American way of life* é um conceito usado para descrever um padrão de comportamento e valores culturais da vida dos estadunidenses. Foi uma ideologia fundamental para a sustentação da sociedade capitalista do consumo, louvando o consumo de bens e serviços, alimentando a crença na prosperidade por meio do trabalho e no desejo de riquezas. Caracterizava-se, na época, pela construção de edifícios altos e modernos, pela multiplicação de bairros residenciais, cujas casas ligavam-se por jardins e gramados, pelo aumento do número de carros, aparelhos domésticos, entre outros bens de consumo (Pereira, 2006).

Outros dois seguimentos da comunicação que desenvolveram progressivamente neste período foram o Rádio e o cinema de Hollywood, que antes eram somente para entretenimento de uma parcela economicamente mais privilegiada, passou a ter fácil acesso para todos, alcançando maior público, fazendo com que seus rendimentos crescessem de forma significativa. Este *boom* econômico aconteceu de maneira rápida e extensa, impactando a vida das pessoas, despertando a certeza de que esse era um fenômeno com efeitos duradouros, ou seja, a crença de que a economia estadunidense estava consolidada e garantida por muitos anos.

Marichal (2016) e Pereira (2006) afirmam que um dos setores que mais destacou neste período de euforia econômica nos EUA foi o setor automobilístico, com destaque a Henry Ford (1863-1947), um empresário da cidade de Detroit, que fez com que o automóvel fosse fabricado em larga escala e com o preço mais acessível à população. Ford adaptou os frigoríficos de Detroit para fábricas de automóveis, estes locais produziam números expressivos de automóveis e, assim, com a produção em massa, baixo custo de produção e mercado consumidor, se obtinha lucros significativos para a época.

Dessa forma, o automóvel se tornou um desejo de consumo e um artigo de empoderamento da população, em um tempo que parte significativa da sociedade norte-americana possuía automóveis e casas devidamente bem equipadas. “Nos Estados Unidos, chegou-se a vender mais de 4 milhões de automóveis por ano em 1927 e 1928. Essa foi também a época de arrancada de certas indústrias de bens de consumo duráveis – geladeiras, lâmpadas, toca-discos” (Marichal, 2016, p. 87).

A aquisição de bens materiais de consumo se tornou uma das pautas de prosperidade àquela sociedade capitalizada. A ideologia do consumo estava de tal forma introjetada na maneira de pensar e de viver da sociedade, que o presidente Hebert Hoover (1929-1933) utilizou o seguinte slogan em sua campanha eleitoral: “Um frango em cada panela e dois automóveis em cada garagem”. Essa apologia ao consumo e a prosperidade dava a impressão de que os estadunidenses viviam uma época de muita prosperidade econômica, e de garantia do *american way of life*.

No entanto, mesmo com um slogan marcante, Hoover é lembrado pelo *Crash* da Bolsa de Valores em outubro de 1929, quando o mês se tornou conhecido como “outubro negro”. De certa forma, o dia 24 de outubro de 1929 ficou registrado na história mundial, para alguns, este dia é lembrado como a “quinta-feira negra”.

Entretanto, buscando uma nova forma de rememorar o Dia de 24 de outubro de 1929, uma quinta-feira, podemos dizer “quinta-feira do desespero”. Como afirma Pereira (2006), neste dia inúmeros investidores ficaram desesperados com as notícias que chegavam de Wall Street, a ponto de muitos cometerem suicídio. A venda de ações neste dia alcançou números jamais vistos. Antes, mesmo com essas vendas, o valor das ações abriu o dia em queda e fechou o dia em queda. Na época, quando a notícia se espalhou, muitos investidores foram para frente do prédio, a fim de negociar os seus títulos. Em determinado horário daquele dia, a *ticker-tape* (a fita de teleescrevente que registra cada passagem de propriedade e as variações nos títulos) chegou a duas horas de atraso, pois os investidores não conseguiam acompanhar as movimentações. No restante da semana e no fim de semana que sucederam a “quinta-feira do desespero”, os banqueiros tentavam assegurar os valores, e mesmo assim não obtiveram sucesso. Na terça-feira da semana seguinte, após quedas ainda mais bruscas, os banqueiros “lavaram as mãos”, dizendo aos investidores que não se responsabilizariam com as suas perdas econômicas.

A Figura 1 mostra uma grande multidão reunida em frente à Bolsa de Valores de Nova York, localizada na Wall Street, em Manhattan. Essa fotografia é historicamente associada à “quinta-feira do desespero”, marco inicial da quebra da bolsa que deu origem à Grande Depressão. A concentração de pessoas demonstra o clima de pânico financeiro e incerteza que se espalhou entre investidores e cidadãos naquele momento. Os edifícios altos e a arquitetura em Arte Decô no prédio da bolsa, reforçam o simbolismo do colapso de um dos centros do capitalismo global.

Figura 1 - Acionistas em frente ao prédio da bolsa de valores, após a notícia da desvalorização de títulos de posse.



Fonte: Alesp (2004)

Após a “quinta-feira do desespero”, as economias ao redor do mundo começaram a ruir uma a uma. Assim como ocorreu no EUA, nos países do restante do mundo, a exemplo da França e Inglaterra, os bancos começaram a perder dinheiro. Ademais, alguns banqueiros eram investidores em *Wall Street* e suas ações foram reduzidas a valor de nada, mas os países mais afetados foram os países europeus que estavam se reerguendo da destruição da guerra, como a Áustria e a Alemanha.

A crise eclodiu ali em maio de 1931, quando o grande banco Creditanstalt de Viena declarou falência. A importância dessa instituição consistia em que era um enorme banco de investimento, que tinha grandes pacotes de ações em dois terços das maiores indústrias do país (Marichal, 2016, p. 98).

O Brasil não ficou imune a crise, sua economia também foi afetada, já que, na época, era o principal exportador de café para a Europa e Estados Unidos. Internamente, o país enfrentava problemas políticos e sociais que não eram favoráveis à sua economia. Ademais, os cafeicultores brasileiros

precisavam de capitais estrangeiros para financiar suas atividades, capitais oriundos de empréstimos com bancos Britânicos e com famílias poderosas da Europa, como veremos a seguir.

1.2- A CRISE E AS ELEIÇÕES NO BRASIL EM 1930

No Brasil do início do século XX, época da Primeira República (1889-1930), caracterizada na esfera política como signatária do eixo político de São Paulo - Minas Gerais, era administrada pelos oligarcas, atores importantes para a economia agroexportadora, que ditavam as ordens na política brasileira. Entretanto, as políticas implementadas pelos oligarcas enfrentavam uma série de problemas e descontentamentos que os levaram as eleições presidenciais de 1930, que colocou fim a Primeira República.

Vale lembrar que os cafeicultores Paulista criaram um partido político antes mesmo da Proclamação da República, “a primeira República marcou o domínio hegemônico de um grupo que emergiu antes mesmo da Proclamação, os grandes proprietários de café, fundando em 1873 o PRP (Partido Republicano Paulista)” (Bernado, 2019, p 19). De forma que, podemos notar que o Brasil republicano estava nas mãos de um pequeno grupo de pessoas, uma elite oligárquica, que fez do autoritarismo peça fundamental na política brasileira naquele período.

Segundo Bernado (2019), o poder cafeeiro teve presença hegemônica na política até o ano de 1918, quando o sistema político começou a sofrer instabilidades, devido a alguns fatores. Dentre estes, podemos mencionar os movimentos grevistas de 1917, o Pós-Grande Guerra, quando o preço do café sofreu quedas e disputas políticas entre as oligarquias do eixo São Paulo-Minas Gerais. Para além dos pontos apresentados pelo autor, destaca-se que o Presidente Hermes Da Fonseca (1910-1914), além de romper com esse eixo, era gaúcho e militar, concedeu durante o seu governo privilégios ao Exército, conseguindo, assim, o apoio dos militares, que mais tarde farão parte do

Movimento Tenentista⁸. O tenentismo ajudou na crise políticas dos anos 1920, pois eles queriam romper com as oligarquias, reformar a política e acabar com o voto aberto, o que favorecia os coronéis (Carvalho, 2019).

Nas eleições de 1926, o candidato paulista Washington Luís (1926-1930) foi eleito. Como afirmam Bernado (2019) e De Vares (2011), Washington Luís representava uma esperança de estabilizar as tensões políticas naquele período, pois os partidários enxergavam nele o carisma que faltava em seu antecessor Arthur Bernardes (1875-1955). Porém, isso não aconteceu, Washington Luís trouxe muitas insatisfações até mesmo ao PRP e desagradou ainda mais a elite⁹ cafeeira, pois durante o seu governo o café enfrentava uma série de crises. Foi neste momento que o preço do café caiu de forma considerável como afirmam Semeghini (1988), Bernado (2019) e De Vares (2011) e, como se não bastasse, a queda nos preços da safra teve números recordes em 1928, o que gerou críticas ainda mais contundentes ao seu governo.

O aumento da produção e a concorrência imposta por outros países levavam a que o preço do café brasileiro despencasse, situação que se agravou ainda mais em 1928, quando o país obteve uma safra recorde. O caos completar-se-ia em 1929 com a quebra da bolsa de Nova Iorque, cujo impacto fez-se sentir em todo mundo (De Vares, 2011, p. 131).

A situação se agravou no ano de 1929, quando o mundo foi assolado pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, como apresentado anteriormente nesse estudo. Nesse momento, o presidente Washington Luís também rompeu com o Tratado de Taubaté e, por fim, esse foi o ano que antecedia as eleições de 1930, quando o eixo São Paulo-Minas Gerais, signatário da Política do Café-com-Leite¹⁰, articulava politicamente para nomear o paulista Júlio Prestes como

⁸ O movimento Tenentista foi um conjunto de rebeliões promovidas por jovens oficiais do Exército Brasileiro, conhecidos como "tenentes", nas décadas de 1920 e 1930. Insatisfeitos com a corrupção, o autoritarismo e a exclusão política promovida pelas oligarquias da Primeira República, esses militares defendiam reformas sociais, o voto secreto, a moralização da política e maior participação das Forças Armadas na vida nacional (Carvalho, 2019).

⁹ “[...] a fortuna do termo Elite, porém, remonta a Pareto, que alguns anos depois, por influência de Mosca, enunciou [...] a tese segundo a qual em toda a sociedade há uma classe ‘superior’ que detém geralmente o poder político e o poder econômico, à qual se deu o nome de aristocracia’ ou Elite”. Para Pareto, são “[...] Elites aqueles que fazem parte do grau superior [...] indivíduos que, ocupando os graus superiores da riqueza e do poder constituem a Elite política ou a aristocracia]”. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1995, p.385-386).

¹⁰ Política do Café com Leite visava a predominância do poder nacional por parte das oligarquias paulista e mineira, visto que a oligarquia paulista produzia café e a mineira se produzia leite.

candidato à Presidência. Por conseguinte, o colégio eleitoral de Minas Gerais ficou revoltado com a indicação e, junto com a parcela descontente dos paulistas, uniram forças com o Rio Grande do Sul e a Paraíba e lançaram a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa pelo partido Aliança Libera (AL).

As eleições ocorrem em março de 1930 com a vitória do candidato Júlio Prestes. Entretanto, um dia após o resultado ser anunciado, Getúlio Vargas e sua base eleitoral já estavam acusando as eleições de terem sido fraudadas, assim afirmam Fausto (1994), Bernado (2019) e De Vares (2011). Os meses foram passando e o movimento pró Vargas foi crescendo em todo o país, e um dos estopins mais relevantes para a consolidação do golpe que viria acontecer, foi o assassinato de João Pessoa¹¹. A partir desse movimento que pedia a revolução ganhou ainda mais força, concretizando de fato em outubro do mesmo ano. Vale ressaltar que a queda das oligarquias da Primeira República não se deu somente pelo fator econômico, tiveram outros agentes que se aliaram com Vargas para derrubar os oligarcas do poder, como o exército, o movimento tenentista e os trabalhadores urbanos.

Como podemos perceber, o cenário brasileiro tinha algumas semelhanças com o que ocorria nos Estados Unidos. Entretanto, as crises ligadas a produção cafeeira começaram antes de 1929, já no final do século XIX, quando a produção do café passava por crises de superprodução e com as oscilações que o mercado internacional gerava. Os cafeicultores, nesse cenário, não conseguiam assegurar o preço do produto no mercado internacional, o que não era favorável para a economia do Brasil e muito menos para o cenário político, visto que a Primeira República ou vulgarmente conhecida como a República do Café com Leite, atendia as demandas dos produtores de café, que representavam a classe dominante nas esferas política, econômica e social.

¹¹ O assassinato de João Pessoa, então presidente do estado da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas nas eleições de 1930, ocorreu em 26 de julho daquele ano, no Recife, e teve grande repercussão nacional. Embora o crime tenha tido motivações pessoais, o episódio foi amplamente explorado politicamente pelos opositores do governo de Washington Luís, sua morte tornou-se um símbolo da insatisfação popular com o regime vigente e contribuiu decisivamente para acirrar os ânimos que culminariam na Revolução de 1930 e na deposição do presidente (Ribeiro, 2009).

Diante das altas e baixas de preço que o café sofria no mercado internacional, os produtores, para garantir lucros e status social, recorriam a investidores estrangeiros, sobretudo aos investidores europeus, como menciona Boris Fausto:

Entretanto, os principais grupos financeiros alemães penetraram no país, através da firma exportadora Theodor Wille & Cia; os opositores dos Rothschild e Banco da França respectivamente J. Henry Schroeder & Cia, e Société Générale de Paris, assim como o National City Bank de Nova Iorque entraram também no negócio: a própria casa Rothschild forneceu recursos financeiros a São Paulo, quando a política de valorização se impôs [...] (Fausto, 1990, p. 230).

Porém, vale lembrar que a economia europeia, nesse período, estava passando também por momentos de crises econômica, política e social, advindas da Primeira Guerra Mundial, somadas a uma tensão interna entre as potências imperialistas. O governo brasileiro, diante dessas dificuldades, e visando atender as demandas da elite cafeeira, criou um tratado em que se colocava como comprador as sacas de café dos produtores e revendia-as para o comércio internacional. Esse tratado, já exposto anteriormente, foi assinado na cidade de Taubaté no interior paulista no ano de 1906, por isso ficou conhecido como Tratado de Taubaté. Na realidade, esse tratado trouxe consequências para o estado brasileiro, que consolidou o poderio dos cafeicultores do Estado de São Paulo frente a política e a economia. “[...] a necessidade de se defenderem contra tal estado de coisas que levará os produtores a pleitearem medidas destinadas a sustentarem e estabilizarem os cursos do café. Elas se verificarão pela primeira vez em 1906 [...]” (Prado Júnior, 2005, p. 230).

O que não podemos deixar de lado é destacar as demais classes da sociedade brasileira¹² neste processo. De Decca (1992) apresenta-nos, entre essas classes, os operários de algumas fabricas existentes e os camponeses, que se aliam e criam o Bloco Operário e Camponês (BOC); uma classe média urbana formada por comerciantes e os tenentes, que mais tarde serão chamados de “revolucionários”. Esses segmentos sociais, na verdade, estavam

¹² Entendo classe como um grupo de pessoas que partilham um estatuto social semelhante com base em vários critérios, como o econômico, a família de origem, o acesso à cultura, a escolaridade, a etnia, o gênero e a religião. As classes sociais diferenciam-se principalmente pela sua relação com os meios de produção (como propriedade, trabalho e capital) e pelas suas condições econômicas, como rendimento, riqueza e estilo de vida.

descontentes com a Primeira República, que favorecia somente a elite cafeeira, o que gerou muitos descontentamentos na classe trabalhadora. Entretanto, nesse cenário, surgiu mais uma ameaça, o comunismo, que precisava ser combatido e que por isso mobilizou alianças. Segundo Marcelo (2018, p.14), apesar do movimento dessas outras classes sociais descontentes que lutavam contra a elite cafeeira, “[...] a oposição contra a velha classe oligárquica gerou espaço para alianças, o combate ao comunismo se espalhou sistematicamente entre as mesmas classes como um inimigo maior”.

Com as narrativas apresentadas, podemos inferir que, do ponto de vista econômico, essas outras classes não tiveram suas reivindicações atendidas, que eram por maior participação política dos demais grupos, defesa do voto secreto, educação pública, fim do coronelismo, direitos trabalhistas para os operários e o nacionalismo frente as influências de outros países. De forma que elas permaneceram alijadas, não foram determinantes diretamente para que a “revolução de 1930” ocorresse, mesmo que a aliança destas classes sociais tenha se formado para combater o sistema oligárquico, as revoltas contra a oligarquia não se findaram, foram se tornando cada vez mais acirradas durante toda a década de 1920.

Após esses apontamentos sobre esse cenário das primeiras décadas da Primeira República, podemos compreender que, do ponto de vista econômico, as crises da produção do café no Brasil antecederam a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, e que se acentuaram após 1929, visto que os produtores de café eram dependentes de capitais de investidores estrangeiros.

Há de se lembrar que após outubro de 1929, quando a economia mundial se colapsou, os investidores não tinham condições para manter os aportes financeiros à elite cafeeira brasileira, pois suas reservas de dinheiro diminuíram e milhares de bancos faliram. Após o resultado eleitoral de 1930 no Brasil, quando o candidato paulista Júlio Prestes foi eleito, Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) percebendo a instabilidade econômica que assolava as potências mundiais da época, convocou os insatisfeitos com a Primeira República a mudar os rumos do país, em um cenário político instável e propício a golpe.

Assim, com o *crash* de 1929 e o colapso do sistema capitalista, somado às dificuldades para o ingresso de capitais estrangeiros no Brasil e aos problemas internos mais diversos - uma elite cafeeira em decadência, as demais classes sociais da sociedade insatisfeitas com o governo, com uma democracia que não atendia a todos e com as constantes alegações de fraudes eleitorais - Getúlio Vargas conseguiu angariar apoio político para consolidar uma "revolução" em novembro de 1930, que o colocaria em posição de presidente da República.

1.3– OS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO VARGAS: DESAFIOS E MUDANÇAS.

Com a "revolução" consolidada em 1930, Getúlio Vargas, já no poder, enfrentaria um cenário político e econômico conturbado, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Após o *crash* de outubro de 1929 e o início da Grande Depressão em 1930, o mercado internacional defrontava com grandes desafios, sobretudo no Brasil, um país que, como vimos, dependia da exportação de café para asseverar um bom resultado na economia e na política. A elite política, que também era a elite produtora de café e gozava de privilégios e benesses da política da Primeira República, por sua vez, sentiu os impactos da chamada "revolução" de 1930, pois Vargas havia rompido com essa elite para criar uma "nova época" na história do Brasil.

Como afirmam Skidmore (2007) e Bresser (2009), Getúlio Vargas deveria romper com a "velha política" e, para além disso, transformar a economia criando na sociedade brasileira um sentimento de Estado-Nação. Nos primeiros meses de governo, Vargas tinha duas pautas a serem executadas para que assim pudesse legitimar e consolidar seu governo como representativo da ruptura com o "velho" (Primeira República) e o início do novo.

Durante os primeiros meses, houve um frágil acordo em torno de duas medidas: a necessidade de expurgar a "corrupção" dos velhos políticos e necessidade de tomar providências governamentais para satisfazer as exigências da classe operária (Skidmore. 2007, p 33).

Acreditava Vargas que com a execução de tais medidas o país abriria as portas para uma nova época, com uma nova política. Mesmo que diante de um cenário de crise econômica mundial, o Brasil iniciaria o processo de industrialização, com a perspectiva de inserir-se no cenário internacional. Entretanto, internamente, um dos desafios do governo seria criar o sentimento de nacionalismo na população para que, assim, o seu projeto fosse realizado em sua completude.

O Brasil era um país que não possuía valores nacionais? O Brasil era um Estado-Nação soberano, porém, acreditava-se, lhe faltava o nacionalismo, um sentimento de orgulho e pertencimento, que era entendido como peça fundamental para o fortalecimento do próprio Estado-Nação, e para que o país se alavancasse no cenário internacional, tornando-se mais independente da influência do norte global, e da herança da política da Primeira República. Contudo, nos lembra Bresser-Pereira (2009, p. 8) que “Embora se possam perceber traços da Nação no povo que compartilha um destino político comum, esse povo só se torna Nação quando, no quadro da Revolução Capitalista, conta com um Estado ou tem condições objetivas de obtê-lo e, assim, forma um Estado-nação.”

Como afirma Bresser-Pereira (2009), o Brasil era dependente e influenciado pelo norte global, que afirmava que o Brasil iria enriquecer somente pela agricultura. Vale lembrar que essa ideologia ou “vocação agrária” não era nova, sempre fez parte do ideário dos governantes e intelectuais desde o sec. XIX.¹³ O país, ainda predominantemente agrário, acreditava neste prognóstico como uma verdade quase que imutável. O que o presidente Vargas pretendia era a ruptura com essa ideia, mas acreditava que para isso era preciso criar esse sentimento de nacionalidade, que não dependia da elite cafeeira, mas de outras classes da sociedade brasileira, como por exemplo os operários, trabalhadores da zona rural, comerciantes das grandes cidades e os tenentes. Vale lembrar que foram os tenentes que estiveram do lado de Getúlio Vargas na tomada do

¹³ Para entender esse ideário exposto nos discursos reformistas e progressistas das autoridades para modernizar a agricultura brasileira no século XIX, ver as seguintes obras: “Memória, Política e Negócios: a trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni” (Ferreira Neto, 2023) e “Agricultura Ilustrada: liberalismo, e escravismos nas origens da questão agrária brasileira” (Lourengo, F. A., 2001).

poder em 1930. De acordo com Bresser-Pereira (2009), foi a partir dessa ruptura que se iniciou o processo de industrialização do Brasil.

Devemos nos lembrar que nos três primeiros anos do Governo Provisório (1930-1934), Vargas centralizou o poder em suas mãos. Em 1931 dissolveu o Congresso Nacional e suspendeu a Constituição de 1891, desde então, passou a governar por meio de decretos. Essa centralização do poder permitiu a implementação de medidas como a nomeação de interventores federais nos estados, substituindo os antigos coronéis oligarcas e a criação de novos ministérios, a exemplo do Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio.

Em contrapartida, os políticos paulistas, insatisfeitos com a derrota e percebendo que Vargas governava sem uma Constituição, resolveram fazer resistência ao governo. Como afirma Boris Fausto (1970), São Paulo perdia naquele momento o seu protagonismo político. Na política nacional ficaram marginalizados, e com isso se iniciava a Revolta Constitucionalista de 1932¹⁴.

Ainda em 1932 Getúlio Vargas realizou uma das mais famosas políticas nacionais. Com o avanço internacional da Crise de 1929 e da Grande Depressão, no Brasil, o preço das sacas de café estava caindo vertiginosamente, sinalizando possíveis problemas à economia do país. Para conter a situação e proteger o mercado do café o governo Vargas se fez presente. Por meio do Conselho Nacional do Café (CNF), determinou a compra as sacas excedentes e, posteriormente, a sua queima para evitar a elevação dos preços do café no mercado internacional. Essa foi uma política protecionista do Estado.

[...] No café se apoiava a maior parte da existência do país, e para sustenhar-lhe o peso era preciso estimulá-lo. Lança-se mão para isso, em diferentes épocas e sob diferentes formas [...]. Depois de 1931 até às vésperas da guerra, incineraram-se ou se lançaram ao mar cerca de 80 milhões de sacas[...] (Prado Junior. 2005, p 294).

¹⁴ A Revolta Constitucionalista de 1932 foi um movimento armado liderado por São Paulo contra o governo provisório de Getúlio Vargas, exigindo a promulgação de uma nova constituição. O conflito durou de julho a outubro de 1932 e mobilizou cerca de 35 mil combatentes paulistas. Apesar da derrota militar, o movimento pressionou Vargas a convocar uma Assembleia Constituinte em 1933 (Carvalho, 2019).

No início do governo, Vargas enxergava uma boa oportunidade de inserção internacional para o Brasil. Como afirma Bresser (2009), como um estadista, Vargas pode analisar o cenário de crise econômica mundial e perceber as possibilidades que se abriam naquele momento aos países periféricos, o que lhe permitiu iniciar a industrialização do Brasil. De fato, a industrialização somente seria concretizada nos anos 1950 no governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), quando o estado de São Paulo se tornou um grande polo industrial, com destaque às cidades como Campinas, Santos, São Bernardo do Campo e São Paulo, que se modernizaram de forma acelerada, superando o setor cafeeiro, que enfrentava já há mais tempo a decadência.

CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA CAFEIEIRA PAULISTA: CRISES E FALÊNCIAS NA CIDADE DE CAMPINAS.

Após o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929, os mercados internacionais tiveram quedas drásticas na demanda de café. A cafeicultura em São Paulo enfrentava um dos períodos mais difíceis de sua história e o preço do café, que era o principal produto da economia brasileira, despencou de forma abrupta. O estado de São Paulo, sendo o maior produtor nacional, sentiu com intensidade os efeitos do colapso, a superprodução acumulada durante as décadas anteriores tornou-se um problema ainda mais grave, levando o governo a adotar políticas de valorização do café, tais como a destruição de estoques excedentes e o estímulo erradicação de lavouras improdutivas. Ainda assim, essas medidas não impediram a falência de um número considerável de fazendeiros e a desestruturação econômica de algumas cidades do interior paulista, cuja dependência do café era absoluta.

Na cidade de Campinas¹⁵, a crise atingiu tanto o campo como a cidade, que até então era uma das principais cidades produtoras de café do Oeste Paulista. Campinas viu sua economia ruir frente a desvalorização do café. O impacto foi de imediato, muitos fazendeiros não conseguiram arcar com dívidas que foram se acumulando ao longo dos anos, e perderam suas propriedades. Houve uma reorganização na composição da riqueza local, com declínio do capital agrário e a emergência de novos setores urbanos. A economia da cidade começou a migrar lentamente para atividades comerciais, industriais e de serviços, enquanto o setor cafeeiro estava em declínio de forma irreversível. Essa reorganização, que veio de forma forçada, marcou o início de uma mudança estrutural que transformaria o papel de Campinas na economia paulista nas décadas seguintes.

Portanto, este capítulo analisa os impactos da crise de 1929 sobre a estrutura econômica cafeeira da cidade de Campinas (SP), tradicionalmente inserida no ciclo do café como uma das regiões mais prósperas do interior

¹⁵ A cidade de Campinas está localizada a 99 km a noroeste de Capital São Paulo, e ocupa uma área de 794,571km², atualmente tem uma população de 1.139.047 habitantes (IBGE, 2023).

paulista. A análise parte da compreensão de que a quebra da Bolsa de Valores de Nova York repercutiu de forma intensa sobre as exportações brasileiras, especialmente o café, produto responsável por grande parte da receita nacional e base da economia campineira. A súbita queda dos preços internacionais, a retração dos mercados consumidores e a superprodução herdada da década anterior agravaram um cenário de endividamento dos produtores locais. Muitos fazendeiros, incapazes de arcar com os custos de produção, faliram ou venderam suas terras, iniciando um processo de reestruturação fundiária e social.

Além disso, o capítulo aborda a resposta dos cafeicultores frente à crise, as políticas emergenciais de queima de estoques e valorização do produto, bem como os sinais iniciais de diversificação econômica e industrialização na cidade. Assim, observa-se que Campinas passou por um período de intensa transformação econômica e social, marcado pelo declínio da hegemonia cafeeira e pelo surgimento de novas dinâmicas produtivas no interior paulista.

2.1- OS EFEITOS DA CRISE NO SISTEMA CAFEEIRO DE CAMPINAS

A crise de 1929 teve impactos devastadores sobre a economia brasileira, principalmente no setor cafeeiro, que era a base da economia e que dependia exclusivamente da exportação do café, lembrando que o café era a principal riqueza paulista desde o final do século XIX.

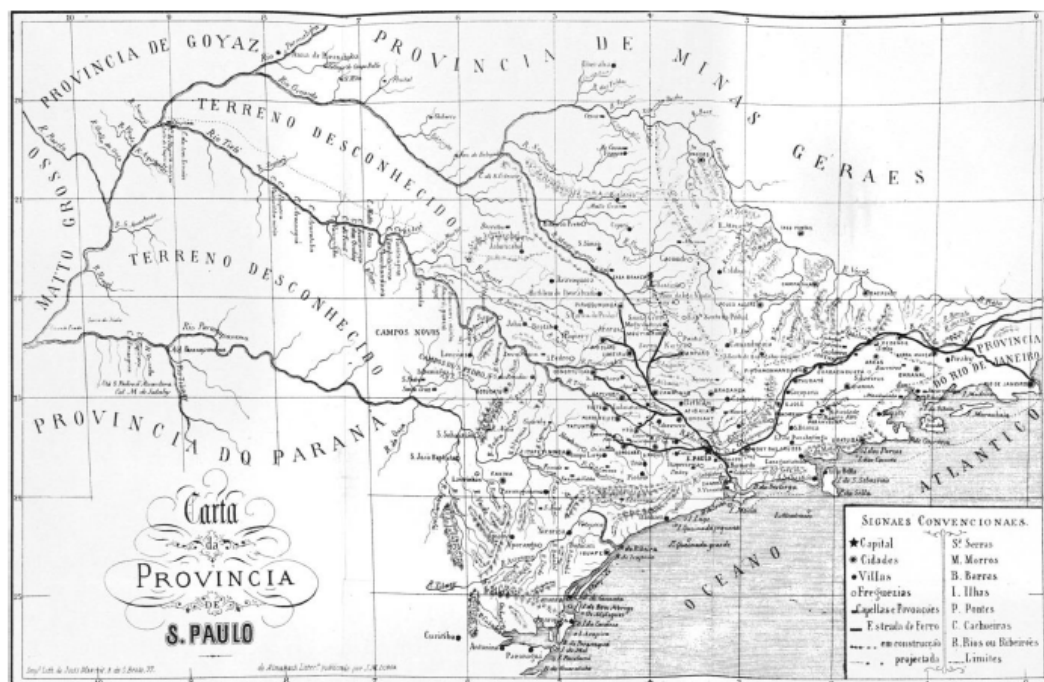
Campinas, até então, era uma das principais cidades produtoras de café no interior de São Paulo, portanto, viveu de maneira intensa os efeitos da crise, que trouxe consigo falências e uma nova forma de organizar as estruturas econômicas e sociais da cidade.

Figura 2 – Localização geográfica da cidade de Campinas.



Fonte: IBGE (2023)

Figura 3 - Mapa do final do século XIX da Província de São Paulo.



Carta da Província de São Paulo nas últimas décadas do século XIX. LISBOA, José Maria. Almanaque literário da Província de São Paulo para 1876.

Fonte: Abrahão (2016)

Figura 4 - Imigrantes Italianos trabalhando em uma lavoura de café na cidade de Campinas, no final do Século XIX.



Fonte: Centro de Memória da Unicamp

Como podemos observar, a Figura 4 retrata um grupo de trabalhadores italianos em uma lavoura de café, em Campinas São Paulo no final do século XIX ou início do século XX. No primeiro plano, um trabalhador sobe em uma escada para alcançar os ramos mais altos do cafezal, enquanto outros trabalhadores incluindo mulheres e crianças estão enfileirados ao fundo, aguardando instruções ou o início das atividades. A cena revela aspectos centrais da organização do trabalho agrícola no Brasil durante o período, evidenciando o uso intensivo da mão de obra imigrante, sobretudo italiana, que substituiu gradativamente o trabalho escravizado após a abolição.

A década de 1920 foi um marco exitoso para a economia paulista, graças ao cenário político e econômico internacional promissor e o ciclo migratório, tanto âmbito nacional quanto internacional, que trouxe para o Brasil, e sobretudo no estado de São Paulo, um número grande de imigrantes, aproximadamente 700 mil, como afirma Semeghini (1988). A chegada desses imigrantes contribuiu para dinamizar os centros urbanos, como as cidades de Campinas, São Bernado do Campo dentre outras. As cidades ganharam novas estruturas econômicas e sociais.

Campinas, devido a pujança da economia cafeeira, recebeu imigrantes Italianos, Alemães, Franceses, Dinamarqueses e Sírio-libaneses. Eram em sua maioria comerciantes, médicos, dentista ou donos de pequenas fabricas têxteis,

que empregavam uma pequena quantidade de pessoas. Ademais, é importante lembrar que na cidade já havia outros segmentos na estrutura social como os cafeicultores, trabalhadores rurais, comerciantes, funcionários públicos e os operários das pequenas fabricas.

Tabela 1 - Ocupações dos Imigrantes italianos em Campinas.

Tabela 2.1 – Ocupações de inventariados italianos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	0	0,0	5	9,6	48	27,7	53
Comerciante	1	33,3	22	42,3	15	8,7	38
Industrial, artesão e prestador de serviço	1	33,3	13	25,0	19	11,0	33
Proprietário e investidor	0	0,0	2	3,8	30	17,3	32
Ocupações diversas	0	0,0	3	5,7	12	6,9	15
Sem declaração e identificação	1	33,3	7	13,5	49	28,3	57
Totais	3	100,0	52	100,0	173	100,0	228

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: barbeiro, chofer, ferroviário, operário, construtor, jornalista, médico, professor e inspetor de alunos.

Fonte: Abrahão (2016)

A Tabela 1 nos mostra as atividades de trabalho que os imigrantes italianos faziam quando chegavam na cidade de Campinas, no período de 1920-1940. Percebemos que a maior parcela deles era de produtores rurais ou não declaravam a sua ocupação, outra parte era de investidores e donos de alguma espécie de propriedade.

Esses imigrantes, em especial os Italianos e os Alemães, contribuíram para o desenvolvimento econômico de Campinas, pois primeiramente vieram como força de trabalho para os cafezais e, à medida que as lavouras de café foram alcançando as terras virgens do estado, alguns desses imigrantes acabaram se tornando pequenos e médios produtores de café. Porém, com o passar do tempo e com o crescimento da cidade, foram diversificando a sua produção, podendo, assim, fornecer alimentos e serviços à população, “Esses pequenos e médios produtores agrícolas foram fundamentais no abastecimento alimentar das áreas urbanas, em franco desenvolvimento no período” (Abrahão, 2015, p 60). Aos poucos, alguns desses imigrantes que conseguiam acumular um pouco de capital, se mudavam para a cidade e abriam pontos comerciais que, aos poucos, iam movimentando a cidade. Aqueles mais capitalizados conseguiam abrir as primeiras fabricas de indústria têxtil na cidade.

Para além desse movimento, Campinas já possuía algumas características marcantes, como uma malha ferroviária consistente que ligava o Oeste Paulista com a capital do estado e a zona portuária de Santos, e já era conhecida como a Capital agrícola do estado. “[...] era conhecida como a *Princesa d’Oeste*, sendo citada pela imprensa, também, como a *capital agrícola da província* e a porta de entrada para o Oeste paulista, então a maior região produtora de café do país.” (Abrahão, 2015, p. 19). A produção de café na cidade detinha números impressionantes que alcançaram o recorde nos anos de 1928 a 1931.

Entretanto, como vimos, o café passou por uma crise de superprodução durante toda a década de 1920, e os governos da Primeira República se mantiveram alinhados com o Tratado de Taubaté (citado no capítulo anterior), o que foi de grande ajuda para os fazendeiros, porque assim os preços do café se mantiveram estáveis. Contudo, essa situação se tornou impossível a partir de 1929, com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, e logo em seguida com a quebra do Tratado de Taubaté feito por Washington Luís.

Com a crise instaurada e a baixa demanda internacional por café, houve uma acentuada queda nos preços do produto, desvalorizando os estoques e tornando inviável a continuidade da produção em muitas propriedades agrícolas. Os cafeicultores de Campinas, que já acumulavam dívidas durante toda a década de 1920, vivenciaram intensamente essa situação. Abrahão (2016, p. 83), estudando os inventários das propriedades, encontrou alguns dados referentes ao período de 1920-1940, que mostram que as dívidas passivas chegavam a 82,1% e os tributos passíveis a 17,9%. Afirma que como os grandes produtores de café enfrentaram dificuldades para manter suas atividades, e como muitos não resistiram à crise, decretavam falência ou eram obrigados a vender suas terras.

Entre o período de 1920-1940, essas dívidas adivinham dos mais variados setores do comércio, como dívidas em lojas de peças automotivas, serviços de carpintaria, telefonia, entre outros.

Algumas dívidas prosaicas desses período são, por exemplo, resultante da aquisição de acessórios para automóveis da casa Rocha & Barros, de flores da floricultura de Strassburg & Oswald, de serviços

de carpintaria prestados por Francisco Siqueira, de artigos para eletricidade da casa Lucarelli, de *plafoniers*, lustres e ferragens da casa Bianchi, de serviços de telefonia prestados por Eleutério Rodrigues, de serviços prestados pela serraria de Avelino de Souza & Cia, entre outras despesas (Abrahão, 2016, p. 84).

Tais informações nos possibilitam a constatar que os produtores de café de Campinas eram pessoas com poder aquisitivo alto, pois possuíam artefatos que tinham grande valor na época. Outro fator interessante apresentado por Abrahão (2016) e que aparece nos inventários, são os proprietários que possuíam dívidas maiores que suas riquezas, que foi o caso de 37 inventários, cerca de um percentual de aproximadamente 4%. Fato que mostra um modelo econômico e uma sociedade que estavam com problemas internos e caminhava para a decadência.

Além da crise econômica, Campinas enfrentava um processo de transformação estrutural social. A concentração da riqueza nas mãos de poucos e a fragilidade de uma economia baseada quase exclusivamente no café agravaram os efeitos da Grande Depressão. Como mostra Abrahão (2015), a mobilidade social na cidade era rigidamente controlada pela elite cafeeira local que, ao ser atingida pela crise, abriu espaço para um novo modelo social e econômico no município. Durante a década de 1930, as cidades do estado de São Paulo, forma geral, as cidades sofreram transformações, na capital teve um aumento significativo na construção civil, no interior começaram a surgir algumas fabricas têxteis. Entretanto, a principal transformação se deu com os fazendeiros que se mudaram para as cidades e começaram a abrir comércios. Os fazendeiros¹⁶ que já possuíam casas na cidade, fizeram reformas e compraram moveis, dinamizando os comércios e os serviços nas cidades.

Com a crise cafeeira e o deslocamento do centro dinâmico da acumulação para as atividades voltadas para o mercado interno, o processo de diferenciação regional no território paulista vai adquirir novos contornos. Determinados pelas características da industrialização em curso e pelas mudanças na agricultura regional (Semeghini. 1988, p 124).

¹⁶ Algumas famílias como: Souza Barros, Souza Aranha, Bueno Texeira, Moraes Salles, Leite Penteado, Souza Queiroz, Camargo Andrade, Teixeira Nogueira, Camargo Penteado, Camargo Ferraz (Abrahão, 2015).

Apesar da efervescência das cidades paulistas, o impacto da crise cafeeira também se estendeu para o meio urbano. Comerciantes e prestadores de serviços, cuja clientela principal eram os produtores rurais, viram seus ganhos despencarem. O desemprego aumentou tanto no campo quanto na cidade, e as tensões sociais se acirraram. Semeghini (1988) aponta que a crise acelerou o declínio do setor agrícola de Campinas, ao mesmo tempo em que forçou a industrialização e urbanização, alterando progressivamente a base econômica da cidade.

Figura 3 - Cidade de Campinas na década de 1920.



Fonte: Centro de memórias da Unicamp.

A Figura 5 mostra uma movimentada rua da cidade de Campinas (SP) na década de 1920, evidenciando um cenário urbano em processo de modernização. Observa-se a presença de bondes elétricos, automóveis e um fluxo significativo de pedestres, o que indica o crescimento da cidade e a intensificação das atividades comerciais. Os edifícios apresentam uma arquitetura característica do início do século XX, com sacadas ornamentadas, fachadas neoclássicas e placas de estabelecimentos comerciais, elementos que refletem a urbanização e o desenvolvimento do setor terciário.

Essa cena urbana contrasta com o ambiente rural das lavouras de café e simboliza a transição econômica e social vivida por Campinas nas décadas seguintes à crise de 1929. A queda da hegemonia cafeeira impulsionou a diversificação econômica e fomentou a industrialização e o fortalecimento do comércio, transformando Campinas em um importante polo urbano do interior

paulista. A fotografia, portanto, serve como documento visual da modernização urbana e da reconfiguração espacial da cidade no contexto de mudança econômica.

As respostas à crise foram limitadas. Embora políticas de valorização do café tenham sido tentadas, como a queima de estoques e a contenção da oferta, elas não impediram que os cafeicultores locais entrassem em bancarrota. Da Costa (1998) destaca que as medidas tomadas pelo governo federal e pelos estados foram insuficientes diante da gravidade da crise, principalmente para municípios dependentes do setor agrícola, como era o caso de Campinas.

É consenso entre os estudiosos desse período que o colapso do sistema cafeeiro campineiro expôs a fragilidade de uma economia baseada na monocultura e na grande propriedade. Para um país como o Brasil, que no início do século XX era uma das nações que buscava espaço no mercado internacional, depender exclusivamente da exportação de grãos de café tornava-se uma situação arriscada e controversa, visto que as grandes potências industrializadas, nas quais o Brasil se espelhava, eram tanto parceiras comerciais como também financiadoras de sua economia.

As grandes propriedades produtoras de café eram administradas pelos senhores coronéis, que detinham influência na política, nas esferas municipal, estadual e federal. Por esse motivo o café era o produto que ditava os rumos da economia brasileira naquele período, os cafeicultores não queriam perder a produção e nem investir em novo produto ou em uma nova forma econômica. Conforme explica Torelli (2004), os interesses da elite paulista, tão influente na formulação de políticas públicas durante a Primeira República, começaram a desaparecer com a perda do poder econômico e político dos cafeicultores. Essa transformação, embora dolorosa no curto prazo, foi determinante para uma nova configuração da estrutura produtiva e social da cidade.

Por fim, o caso de Campinas ilustra com clareza os limites de um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de um único produto e nas alianças políticas. Como analisa Nagay (1999), a história do café no Brasil ficou marcada por ciclos de expansão e crise, e a década de 1930 representa um ponto de

inflexão, não apenas para o setor, mas para a trajetória histórica de cidades como Campinas.

2.2- OS PRODUTORES DE CAFÉ E A NOVA ECONOMIA

Com o colapso do sistema cafeeiro em Campinas, os produtores foram forçados a lidar com uma realidade econômica profundamente alterada. A perda na produção de café e o endividamento generalizado levaram muitos produtores a abandonar suas terras ou a buscar alternativas econômicas. Para alguns, isso significou a diversificação das atividades agrícolas, com a introdução de outras culturas ou a criação de gado em pequena escala. Para outros, a saída foi migrar para atividades urbanas ou investir na nascente industrialização regional.

Segundo Abrahão (2016), as estratégias de adaptação revelam a diversidade de respostas dos agentes econômicos diante da crise. Enquanto alguns conseguiram preservar parte de seu patrimônio por meio de alianças comerciais, investimentos urbanos e matrimoniais, a maioria dos pequenos e médios produtores enfrentou uma trajetória de bancarrota. A crise trouxe à tona não apenas a fragilidade econômica da cafeicultura, mas também as limitações sociais, já que a estrutura fundiária concentrada impedia o acesso amplo à terra e aos recursos de produção.

Para alguns fazendeiros, um dos meios encontrados para preservar o patrimônio foi o casamento com membros de famílias do mesmo patamar econômico, por vezes com uma riqueza ainda maior. Outra estratégia utilizada para preservar o capital foi o casamento com imigrantes, visto que já tinham uma base sólida na cidade. Os inventários do período de 1920-1940, analisados por Abrahão (2016), nos mostram que o casamento com imigrantes que já tinham formado riquezas se tornou uma forma de garantir o seu patrimônio diante a crise que a cidade passava. Os mesmos inventários apresentam um dado peculiar sobre a elite cafeeira de Campinas, o casamento consanguíneo, que se tornou uma prática ainda mais recorrente com parentes que já possuíam uma riqueza, por mais diminuta que fosse, pois, com isso, conseguiam manter os sobrenomes das famílias.

Essas uniões consanguíneas tinham como finalidade preservar suas fortunas frente ao fracionamento das heranças nas partilhas judiciais [...] A análise de sobrenomes nos inventários de Campinas indica que, mesmo com o passar dos anos, as uniões matrimônias entre os mais ricos não constituíam apenas em resquícios culturais do estrato economicamente dominante[...] (Abrahão, 2016, p 127).

Entretanto, os inventários que demonstram a riqueza dos fazendeiros dessa época, também apresentam algumas lacunas temporais, mas não nos impede de entender como se deu a formação da riqueza da elite cafeeira da cidade de Campinas. A riqueza desses fazendeiros, de acordo com Abrahão (2016), consistia em quatro aspectos, sendo eles imóveis, ativos financeiros e estoques, escravos/ trabalhadores e outros bens, que eram uma parcela mínima de artefatos que compunham suas posses. A riqueza dos fazendeiros ainda se encontrava dividida em duas partes: a riqueza bruta e a riqueza líquida. Como estamos falando de inventários, significa que, após a morte do patriarca da família seus bens eram repassados para seus herdeiros. Contudo, alerta o autor, a riqueza bruta se difere da líquida, pois a bruta é o acumulado de tudo que o proprietário tinha, até mesmo as dívidas; a líquida somente era obtida após sanar os dividendos no nome do patriarca. Com isso alguns inventários ficavam com saldo negativo e os proprietários devedores perdiam as terras, e em outros casos a herança se arrastava por um tempo, até ser repartida entre os herdeiros (Abrahão, 2016).

Estudiosos desta temática¹⁷, por meio da documentação da época, conseguem mapear as origens das riquezas desses produtores de café na cidade de Campinas. Alguns fazendeiros iniciaram a aquisição de bens anteriormente, durante o período em que o Brasil era uma colônia de Portugal, quando seus antecessores familiares adquiriram propriedades e nelas produziam produtos agrícolas voltados à exportação, mas essas fortunas aumentaram significativamente com a chegada no café ao Brasil em meados do século XIX.

Segundo Abrahão (2016), a urbanização de Campinas apresenta-se de forma nítida nos inventários analisados, os quais demonstram como no período de 1870-1940, a parcela de imóveis na cidade foi aumentando, sobretudo no

¹⁷ Abrahão (2016), Nagay (1999), Torelli (2004), Boris Fausto (1970), Caio Prado Junior (2005).

período de 1920-1940. À medida que os imóveis urbanos aumentavam, o seu valor no inventário também aumentava. Neste período (1920-1940), os imóveis rurais somavam apenas 16,6% e os urbanos 83,4%, sobre o valor nominal dos imóveis, os rurais correspondiam a 27% do valor do inventário e os urbanos chegavam a valer 73%. Nota-se nos inventários que a perda de terras e a venda de pedaços de terras pelos herdeiros podem ter sido fundamentais para o surgimento de novas cidades nas proximidades de Campinas, como Nova Odessa, Campos Salles e Nova Veneza.

Tabela 2 - O acumulado de dívidas passivas nos inventários.

Tabela 3.1 – Composição de passivos na amostra de inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Geral	43,3	26,1	30,6
Dívidas	84,1	90,5	82,1
Custas e tributos	15,9	9,5	17,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Fonte: Abrahão (2016)

Tabela 3 - O tempo médio para a quitação das dívidas e a partilha dos bens.

Tabela 3.2 – Tempo médio de quitação das partilhas dos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940	Totais
Até 12 meses	76,4	68,3	74,4	73,3
Mais de 12 meses	16,8	13,4	10,0	12,1
Mais de cinco anos	2,1	3,7	1,4	2,1
Sem quitação de partilha	4,7	14,6	14,2	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Fonte: Abrahão (2016)

As Tabelas 2 e 3 mostram a porcentagem de dívidas acumuladas nos inventários e o tempo que levava para a quitação das dívidas e, assim, a repartição dos inventários. Percebemos que no período de 1920-1940 foi o intervalo de tempo que houve menos dívidas nos inventários, e o tempo de quitação ficou relativamente aceitável.

Tabela 4 - Acumulado dos ativos financeiros e estoques nos inventários.

Tabela 3.6 – Ativos financeiros e estoques nos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Proporções na amostra	33,6	44,2	34,0
Depósitos e empréstimos	69,7	64,7	51,8
Ações e quotas de empresas	17,4	24,3	34,9
Estoques mercantis	12,9	11,0	13,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Fonte: Abrahão (2016)

Na Tabela 4 podemos observar como eram divididos os ativos financeiros e sua porcentagem, nota-se que os depósitos e empréstimos tiveram um número abaixo da média anterior. Entretanto, as ações e quotas de empresas e estoques tiveram um aumento no período analisado neste trabalho.

A segunda parte mais importante sobre a riqueza dos produtores, são os ativos financeiros e estoques.

[...] categoria de bens formada por depósitos bancários, empréstimos efetivados com garantia hipotecaria e papel-moeda entesourado resultante de rendimentos ou lucros com a produção agrícola, aluguéis, pecúlios, seguro de vida ou de venda de bens anteriormente declarados nos inventários (Abrahão. 2015, p. 310).

Outro dado que aparece nos inventários analisados, é que os empréstimos e os depósitos bancários sofreram uma queda no período de 1920-1940. Em contrapartida, nesse mesmo tempo, o número de investimentos em bolsas de valores e a compra de ações de empresas tiveram um aumento exponencial, crescendo entre 10 a 12% (Abrahão, 2015). Nota-se que o período em que esses investimentos aumentaram as porcentagens nos inventários coincide com o *boom* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, porém, não é possível saber, por meio da documentação, se esses investimentos eram feitos na Bolsa de Nova Iorque ou em outra bolsa de valores, também não sabemos quais as empresas que os fazendeiros investiam.

Os dados analisados por Abrahão (2015) nos mostram que desde o final do século XIX até a Crise de 1929 e a Grande Depressão, a riqueza local estava

em expansão, apesar das crises sofridas ao longo das décadas. Demonstram ainda que o fim dessa expansão se deu após a necessidade de modernização e industrialização das cidades brasileiras, pois, o *crash* mostrou os riscos que o Brasil corria se continuasse voltado apenas para a monocultura, gerenciada por uma elite brasileira avessa a modernidade. Esse período marca, portanto, o fim do modelo agrário baseado na grande propriedade cafeeira como produto exclusivo da riqueza regional. Os produtores, no novo contexto econômico, buscavam uma nova configuração para os negócios e para as sociedades. Muitos dos antigos produtores de café se tornaram comerciantes, industriais ou mesmo funcionários públicos, sinalizando uma reestruturação das elites locais e das hierarquias sociais em Campinas.

2.3- CAMPINAS, UMA CIDADE INDUSTRIAL

A crise na cafeicultura, trouxe para Campinas um novo modelo de perfil econômico com a consolidação de atividades industriais. O processo foi impulsionado tanto pela necessidade de buscar e criar alternativas para o declínio agrícola quanto pelas condições favoráveis existentes da cidade, como sua posição estratégica na malha ferroviária e a existência de capital acumulado pela antiga elite cafeeira.

Como mencionado anteriormente, com os antigos produtores de café mudando para a cidade, houve um aumento nos serviços urbanos, o que gerou uma nova forma de acúmulo de capital com “[...] a emergência do novo padrão de acumulação [...] comércio, serviços urbanos, bancos, energia elétrica, transporte ferroviário e rodoviário (Semeghini. 1988, p. 112). Esse capital, em partes, era oriundo da produção de café voltada à exportação, mas com a crise instalada no setor e as dívidas acumuladas pelos produtores, estes precisaram se adaptar a uma nova economia, abrindo espaço para o surgimento de uma incipiente industrialização nas cidades e na capital do estado de São Paulo, que teve um salto entre os anos de 1929 a 1937. Estima-se que a indústria cresceu cerca de 50% e o mercado interno cerca de 40% (Semeghini, 1988, p. 115).

Nesse cenário, a industrialização da cidade de Campinas avançou nos anos 1930 com o apoio de investimentos locais e de políticas públicas voltadas à modernização da economia paulista. Pequenas fábricas de tecidos, alimentos e produtos químicos surgiram nesse período, criando uma base para o desenvolvimento industrial mais sólido nas décadas seguintes. Esse movimento foi acompanhado por um processo de urbanização mais intenso e pela ampliação do mercado de trabalho.

A indústria têxtil se expandiu quase de forma autônoma graças os acúmulos de matérias e capital, mas algumas as indústrias cresceram com certas limitações, como as de aços, de produtos químicos como cimento, borracha, produtos farmacêuticos, mecânica, materiais elétricos dentre outras. Mesmo com a produção de vários materiais, vale lembrar que as fabricas nesse momento, não eram grandes fabricas, no geral eram pequenas e em pouca quantidade, visto que o Brasil estava no início de sua industrialização. Como afirma Semeghini (1988), a indústria Brasileira estava ganhando forma na década de 1930, mas se consolidou de fato nos 1940, quando o Brasil ajudou os aliados a suprirem os seus esforços de guerra.

Por fim, vale ressaltar que a transição de Campinas para um polo industrial não se deu de forma abrupta, mas gradual e com resistências. Parte da elite cafeeira ainda buscava preservar seus interesses no campo mesmo diante da crise, o que gerou tensões no processo de mudança. No entanto, era inevitável a transformação, o que levou a cidade a se adaptar às novas exigências do capitalismo nacional em reconfiguração. Como observa Costa (1998), as cidades paulistas que melhor responderam à crise foram aquelas que souberam combinar heranças do passado agrário com as oportunidades da modernidade industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que os impactos da Crise de 1929 atingiu parte significativa do mundo, desencadeando transformações preponderantes nas estruturas econômicas, políticas e sociais de países inseridos no sistema capitalista. Neste estudo procuramos demonstrar que um evento macro impactou a dinâmica de uma cidade no interior do Estado de São Paulo, Campinas, promovendo mudanças estruturais no seu sistema econômico, social e político. Para tal compreender a produção cafeeira nesta cidade entre os anos de 1929 e 1940, retomamos a contextualização da crise mundial, causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 e seus desdobramentos na vida política e econômica do Brasil. Destacamos, nesse cenário, a fragilidade do modelo agroexportador brasileiro, centrado na monocultura do café, e as tensões políticas que culminaram na ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

No contexto regional, evidenciamos que Campinas, enquanto polo cafeeiro importante até o início do século XX, foi gravemente atingida pela queda nos preços e pela superprodução do café. A crise acelerou processos de falência, desvalorização de terras e endividamentos dos produtores. Ao mesmo tempo, observou-se uma reorganização da elite local diante das transformações impostas pelo cenário econômico mundial. Muitos cafeicultores buscaram alternativas de adaptação investindo no setor industrial e diversificando a base econômica da cidade, o que marcou o início de uma transição significativa no perfil socioeconômico campineiro.

Assim, conclui-se que os efeitos da crise de 1929 ultrapassaram os limites da economia, influenciando também o campo político e social. No caso de Campinas, esse período marcou uma inflexão importante entre o modelo rural oligárquico e a emergência de uma sociedade mais urbanizada e industrializada. A análise desse processo nos ajudou a compreender a complexa articulação entre crises globais e transformações locais, e contribuiu para a reflexão sobre a vulnerabilidade de economias excessivamente dependentes de um único produto de exportação.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Fernando Antônio. A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940. **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, n. 2, 2016.
- ABRAHÃO, Fernando Antônio. **Criminalidade e Modernização em Campinas: 1880 a 1930**. 2002. Tese de Doutorado. [sn].
- ABRAHÃO, Fernando Antônio. **Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940**. 2015.
- BACHA, E. Política Brasileira do Café: uma avaliação centenária. In: Martin, Marcellino; Johnston, E., **150 anos de café**. São Paulo: Marcelino Martin & E. Johnston Exportadora Ltda, 1992.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política Brasília**, 8ª ed, DF: Editora UnB, 1995.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Getúlio Vargas: O estadista, a nação e a democracia**. São Paulo. 2009.
- BUENO, Newton Paulo. A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na Nova economia institucional. **Estudos econômicos (São Paulo)**, v.37, p. 435-455, 2007.
- CRESPO, Mariana Monteiro. **Interpretações da Crise de 1929 no contexto econômico norte-americano**. 2018.
- DA COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: Momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1998.
- DA SILVA BERNARDO, Jadson. O fim “melancólico” da “república do café com leite” (1922-1930). **Das Amazônias**, v. 2, n. 1, p. 17-30, 2019.
- DE CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Todavia, 2019.
- DE VARES, Sidnei Ferreira. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. **História: Debates e Tendências**, v. 11, n. 1, p. 121-139, 2011.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **O Silêncio dos Vencidos**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- FERREIRA NETO, M. Cristina N. **Memória, Política e Negócios: a trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni**. Curitiba: CRV, 2023.
- KEYNES, John Maynard. A Europa depois do Tratado (1919) In: **Keynes, John Maynard: economia**. SZMRECSÁNYI (Org.). São Paulo: Ática, 1978, p. 54-69. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. Annablume, 2000.

LOURENÇO, Fernando A. **Agricultura Ilustrada: liberalismo, e escravismos nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2001.

MARCELO, Cavalcante, **Marcelo. Classe dominante na “Revolução de 1930”**: Análise de duas teses historiográficas, UFPR, Curitiba 2018.

NAGAY, Julio Hidemitsu Corrêa. Café no Brasil: dois séculos de história. UNICAMP, **Formação Econômica**, Campinas, (3), p. 17-23, 1999.

NICOLSON, Harold. **O Tratado de Versalhes: a paz depois da Primeira Guerra Mundial**. Globo Livros, 2014.

PEREIRA, Wagner, Pinheiro. **24 de outubro de 1929: a quebra da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão** – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 30ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2005.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Um drama nos jornais: o assassinato do presidente João Pessoa como uma tragédia nacional**. 2009.

RIOJAS LÓPES, Carlos. Carlos Marichal, Nueva história de las grandes crisis financieras. Una perspectiva global, 1873-2008. **América Latina em la História Econômica**, v. 19, v. 1, p. 242, 2012

SAMPAIO, Ana Letícia; LOPES, GABRIELA RUSSO. A liga das nações: uma perspectiva europeia. **Revista Cadernos Internacionais**, v. 4, n. 1, 2011.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização**. 1988. Tese de Doutorado. [sn].

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das letras, 2024.

TORELLI, Leandro Salman. **A Defesa do Café e a Política Cambial: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920)**. Campinas, SP: IE/Unicamp, 2004.